

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA TROFA

Projeto Educativo

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. O Projeto Educativo do agrupamento	3
3. Intervenientes e processo de elaboração	4
4. Localização e Caracterização da Comunidade Educativa	4
4.1. Caracterização do Meio	4
4.2. O Agrupamento	5
4.3. Alunos	6
4.4. Professores	6
4.5. O Pessoal Não Docente	7
4.5.1. Os Assistentes Operacionais	7
4.5.2. Os Assistentes Técnicos	8
4.5.3. Os Técnicos Superiores	8
4.6. Encarregados de Educação	8
4.7. Os nossos parceiros	9
5. A oferta formativa do Agrupamento	9
6. Mecanismos de Difusão da Informação nas Escolas	10
7. Concretização do Projeto Educativo de Agrupamento	10
7.1. Identificação de Problemas	11
7.2. Princípios Orientadores	12
7.3. Prioridades e Objetivos	13
8. Operacionalização e estratégias de intervenção	14
9. Instrumentos de Execução do Projeto Educativo	16
10. Avaliação do Projeto Educativo	18
11. Conclusão	19
12. Validade	18

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo de Escola é o documento que define os princípios e linhas orientadoras gerais da instituição, estando alicerçado nas características da realidade da Comunidade Educativa em que se insere, onde são estabelecidas metas tendo em conta os recursos materiais e humanos disponíveis. Pretende-se efetivar políticas educativas a vigorar no triénio 2014-2017, que sirvam de trave-mestra para a consolidação de um ensino de qualidade. A sua operacionalidade concretiza-se através de outros pilares documentais e organizacionais como o Projeto Curricular de Escola, o Regulamento Interno e o Plano Anual de Atividades.

Visando a melhoria da qualidade do ensino e atendendo às exigências reais e atuais, o Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, veio incrementar a autonomia das Escolas, através da tomada de decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos. De acordo com o Decreto-Lei supracitado, o Projeto Educativo, o Regulamento Interno, os Planos Anual e Plurianual de Atividades e o Orçamento constituem-se como instrumentos do exercício da autonomia.

Este projeto deverá mobilizar os membros da comunidade educativa em torno de finalidades comuns, resultantes de um consenso sobre as necessidades e expectativas que caracterizam a realidade do Agrupamento, salvaguardando a autonomia e identidade dos estabelecimentos de educação de ensino que o constituem. Só se concretizará com a motivação de todos os intervenientes no processo, sendo fundamental motivar todos os parceiros em torno de causas comuns, gerindo de forma inteligente os conflitos que surjam ao longo do processo. A dignificação da Escola implica que o seu desempenho seja capaz de responder aos desafios da modernidade, não abdicando das suas referências culturais, para que a comunidade a reconheça como um local seguro que garanta uma formação sólida e dinâmica.

Concetar a escola como organização complexa e interagente com outras realidades também complexas é um desafio que se coloca à Escola e a toda a Comunidade Educativa. Trata-se de assegurar condições e de motivar os intervenientes no processo, para que a Escola se possa assumir como um espaço privilegiado para a construção da sua autonomia e a realização pessoal dos alunos. Desta forma, este Projeto Educativo pretende reafirmar quem somos e o que queremos ser como Comunidade Educativa no próximo triénio, dignificando a imagem social da Escola pública enquanto instituição exigente e humanizada. Procura definir um caminho a seguir, um desejo de se tornar, não uma intenção, mas um projeto de ação sobre o presente que perspetiva o futuro.

2. O PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO

“A Escola como organização caracteriza-se por uma tarefa educativa orientada em algum sentido. Os valores que se consideram válidos, os objetivos que se pretendem conseguir e a estratégia prevista para atingi-los são os elementos básicos do Projeto Educativo de Escola.”

(P. Darder e J.A. Lopez, 1980)

A qualidade da educação exige que cada Escola elabore e realize na prática um projeto educativo específico que dê identidade pedagógica à Escola e coerência à atuação conjunta e individual de todos os intervenientes no processo. Neste sentido, o Projeto Educativo é a tomada de posição da Escola sobre aspetos importantes, como os valores, as atitudes, os hábitos, os conhecimentos e as competências prioritárias, que se pretendem desenvolver nos alunos, para além da definição das técnicas e procedimentos didáticos que se preveem, sobre a avaliação, a organização dos grupos/turmas, a orientação pessoal dos alunos e a relação com os pais.

A Escola tem que definir uma política própria em vários campos importantes e até decisivos para a construção de uma identidade própria, como por exemplo:

- A organização dos recursos financeiros e materiais;
- A gestão dos tempos e espaços escolares;
- A organização e o desenvolvimento curricular;
- A formação do pessoal;
- A circulação da informação e as formas de participação;
- A orientação e acompanhamento dos alunos;
- A ligação à comunidade.

O projeto educativo de escola é a tradução de uma política própria, que consistirá num contrato estabelecido entre os diferentes parceiros da comunidade educativa tendo em vista atingir metas comuns.

As metas propostas no Projeto Educativo do Agrupamento derivam de princípios e valores educativos partilhados pela comunidade educativa e traduzem-se numa política de médio ou longo prazo para a instituição.

3. INTERVENIENTES E PROCESSO DE ELABORAÇÃO

A elaboração do Projeto Educativo do Agrupamento, respeitando princípios democráticos e participativos obteve-se através da sequência de operações seguintes:

1. Constituição de um grupo de trabalho, com a função de rever e atualizar o Projeto Educativo e proceder às seguintes tarefas:

- Caracterização do meio em termos socioeconómicos e culturais;
- Caracterização do Agrupamento;
- Identificação dos problemas;
- Priorização dos problemas;
- Objetivos que o Projeto Educativo do Agrupamento deve perseguir.

2. Debate conjunto no seio do grupo de trabalho quanto às tarefas anteriores, como primeiro esforço de negociação com vista à harmonização das várias propostas.

3. Harmonização das propostas e redação final do Projeto Educativo.

4. Discussão pública.

5. Aprovação.

4. LOCALIZAÇÃO E CARATERIZAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

4.1. Caraterização do Meio

Situado na região de Entre-Douro-e-Minho, no extremo norte do distrito do Porto, o concelho da Trofa confronta a sul e a poente com os municípios da Maia e de Vila do Conde, pertencentes à Área Metropolitana do Porto, e a Norte e a nascente com os concelhos de Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso, que integram o agrupamento do Vale do Ave.

Trata-se de um concelho recente que começou a usufruir de Autonomia Administrativa a partir de 19 de novembro de 1998, razão pela qual foi decretado feriado municipal neste dia. O concelho que abrange uma área de 72 Km², é constituído por cinco agregações de freguesias: S. Martinho de Bougado e Santiago de Bougado, Covelas, Muro, Alvarelos e Guidões, S. Romão do Coronado e S. Mamede do Coronado.

O concelho da Trofa assume-se como uma área em franco processo de expansão demográfica e urbanística com uma base económica marcada pela construção civil e indústria, em especial a têxtil, que revela debilidade acentuada, e a metalomecânica. Paralelamente, ainda coexiste uma agricultura de subsistência do agregado familiar, disseminada por todo o Concelho, mas não deixa também de ser notória a existência de agricultura intensiva de produção de leite e de estufas hortícolas. O comércio processa-se em estabelecimentos situados nas ruas ou em pequenos e médios centros comerciais, que se localizam na sua maioria no centro deste município.

Com a atividade socioeconómica em evolução e um contínuo aumento demográfico, os setores de prestação de serviços tendem a desenvolver-se, proliferando os estabelecimentos mais diversos, designadamente de prestação de serviços a empresas (médicos, gabinetes de apoio técnico e jurídico, de arquitetura, de contabilidade, de estilismo, de engenharia, de modelismo), bem como de comércio grossista e retalhista e de natureza social, várias entidades bancárias, entre outros.

Em suma, o Concelho da Trofa apresenta-se como uma região que possui imensos recursos, moderno e capaz de responder aos desafios a que se propõe, mas que apresenta fragilidades estruturais e sociais, que urge ultrapassar. Registe-se que a crise económica atual e o consequente aumento das taxas de desemprego têm vindo a atingir a população do Concelho.

4.2.O Agrupamento

A Escola pretende ser um espaço educativo e cultural onde se privilegie a formação integral do aluno, um local de trabalho e de valorização de todos, um veículo de progresso humano e social da comunidade em que se insere.

Assim, é imperativo criar mecanismos capazes de gerar o empenhamento de quantos nele participam (alunos, professores, encarregados de educação, assistente técnicos, assistentes operacionais e outros técnicos), o que terá necessariamente de decorrer de uma consciência dos direitos e deveres orientadores da ação de todos os intervenientes no processo educativo.

Composição do Agrupamento:

343316 – Escola Secundária com 3.º Ciclo da Trofa;

343316 – Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos, Professor Napoleão Sousa Marques;

206283 – Escola Básica de Bairros;

215065 – Escola Básica de Cedões;

- 238340 – Jardim de Infância de Esprela;
- 245940 – Escola Básica de Esprela;
- 287647 – Escola Básica de Finzes;
- 228783 – Escola Básica de Lagoa;
- 261865 – Escola Básica de Paradela;
- 240266 – Escola Básica de Paranho.

4.3. Os alunos

O Agrupamento é frequentado, neste momento, por cerca de 3000 alunos divididos pelos 10 estabelecimentos de ensino que compõem o Agrupamento, apresentando em algumas escolas um razoável número de alunos e turmas além da sua capacidade normal o que tem como consequência direta a falta de espaços e ao mesmo tempo, em algumas circunstâncias, a sua ocupação desorganizada. De salientar, igualmente, a grande recetividade do Agrupamento para acolher crianças com necessidades educativas especiais.

Alunos	Pré-escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Vocacional	Secundário	Profissional	Adultos
Alunos	342	762	387	680	54	508	180	30
NEE	0	15	16	28	3	1	4	0

Os alunos da Escola Secundária são em regra provenientes de todo o Concelho, quer da zona urbana, quer da zona rural, são oriundos de famílias em que os pais são predominantemente trabalhadores operários, possuindo um nível de escolaridade médio.

Recentemente, um número crescente de alunos oriundos de países estrangeiros tem vindo a frequentar as escolas do Agrupamento, nomeadamente no Pré-escolar e 1º Ciclo.

	ALUNOS ESTRANGEIROS POR ANO DE ESCOLARIDADE (2014-2015)													Total/País
	Jl	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Ucrânia		1	3		1		1	2		2	3	2	4	19
Brasil	1				1	1	1	1	2	1				8
Paquistão	1	1	1	1										4
China	2	1												3
Alemanha												1		1
Espanha					1									1
Rússia													1	1
Total/Ano	4	3	4	1	3	1	2	3	2	3	3	3	5	
Total	37													

4.4. Os professores

O Agrupamento possui um quadro de professores estável, experiente e de qualidade, no que diz respeito aos aspetos científicos, pedagógicos, didáticos e organizacionais.

Neste momento lecionam no Agrupamento 257 professores.

Docente		Pré-escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo e Secundário
Contratados	M	0	0	2	1
	F	0	4	5	8
Quadro	M	0	6	8	32
	F	16	31	27	117
SUB-TOTAL		16	41	42	158
TOTAL		257			

No Agrupamento são lecionados o Pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário (Regular e Profissional) em horário diurno. Existem ainda três turmas de Cursos Vocacionais (3º Ciclo), uma turma de Educação e Formação de Adultos (em horário noturno) e a Escola Secundária é sede de um Centro para a Qualificação e Ensino Profissional.

Pretende-se continuar a criação destes cursos de forma a prevenir o abandono escolar, aumentar o sucesso e proporcionar aos alunos uma via profissionalizante, em resposta ao crescente desemprego que existe na nossa região.

4.5. O pessoal não docente

4.5.1. Os assistentes operacionais

Os assistentes Operacionais que contactam mais diretamente com os alunos, embora revelando empenho no exercício das suas funções, são insuficientes para cobrir todas as necessidades do Agrupamento, tendo havido necessidade de recorrer a funcionários colocados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Não Docente		Assistentes Operacionais
Quadro CMT	M	6
	F	29
Quadro MEC	M	7
	F	18
CEI	M	0
	F	18
TOTAL		78

Dado que constituem um dos grupos que se encontra mais próximo dos alunos, pretende-se que reforcem a relação que estabelecem com estes, assegurando o bem-estar de todos os jovens.

Com vista a uma melhor atuação no contributo para a formação integral dos alunos, pretende-se que usufruam de uma permanente atualização, não só a nível de relações interpessoais, mas também em áreas de suma importância para o exercício adequado das suas funções e para o seu enriquecimento pessoal e humano. Pretende-se que essa formação venha ao encontro das suas aspirações e exigências, suprimindo um desgaste natural, por enfrentar uma rotina diária de promoção de um conjunto de regras e normas de conduta, com vista a assegurar a segurança dos alunos dentro dos espaços interiores e exteriores, zelar pela higiene das instalações e manter uma vigilância atenta no portão e dos espaços de recreio.

4.5.2. Os assistentes técnicos

Cerca de uma dezena de funcionários constitui o grupo dos assistentes técnicos. A sua atuação concentra-se no espaço escolar da Secretaria.

Não Docente		Assistentes Técnicos
Quadro CMT	M	0
	F	6
Quadro MEC	M	2
	F	7
CEI	M	0
	F	0
TOTAL		15

Este espaço é também, a seu modo, o cartão-de-visita da Escola, pois muitos assuntos são aí inicialmente tratados. Por isso, o rigor e a excelência do serviço, o brio e a eficácia devem ser notas primordiais a promover e a incentivar.

O trabalho desta equipa exige uma permanente formação e atualização dos seus elementos, facto para o qual deve ser incentivado e facilitado o seu acesso, sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços.

4.5.3. Os técnicos superiores

Não Docente		Técnicos Superiores
Quadro MEC	M	0
	F	1

Uma psicóloga que se responsabiliza pela dinâmica e funcionamento do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO).

4.6. Os encarregados de educação

Existe uma Associação de Pais em cada estabelecimento, oficialmente constituída.

De forma geral, os pais comparecem muito pouco nas Escolas, mas quando convocados por ocasião das avaliações a sua afluência é razoável.

As Escolas promovem formalmente, por convocatória, alguns encontros dos Diretores de Turma, Professores e educadores de infância Titulares de Turma com os Encarregados de Educação:

- No início do ano letivo (receção aos alunos e Encarregados de Educação, informações, apresentação do Diretor de Turma, etc.);
- Na primeira semana de aulas e depois do primeiro período de avaliação (Natal) para informação do aproveitamento dos alunos;
- Na primeira semana de aulas depois do segundo período de avaliação (Páscoa) para informação do aproveitamento dos alunos;

- No final do ano letivo para renovação de matrícula e entrega de documentação.

Pretende-se neste triénio incentivar uma participação mais alargada dos Encarregados de Educação, envolvendo-os nas dinâmicas da Escola em geral ou da turma em particular, com o intuito de uma melhoria acentuada do seu contributo para um melhor funcionamento de todo o Agrupamento.

O Agrupamento continuará a estabelecer parcerias com instituições com as quais possa potenciar a qualidade da sua instituição. Essas relações poderão ser de âmbito diverso, promovendo maior abertura e oferta das suas instalações ao meio, nomeadamente do Centro de Recursos Educativos, das instalações desportivas e Salas de Informática. Por outro lado, as instituições com que venha a estabelecer protocolos serão parceiros de referência em áreas tão diversas como a saúde, a cultura, a ciência, o lazer.

4.7. Os nossos parceiros

Procurar-se-á estabelecer novas parcerias e reforçar as já existentes, nomeadamente com o Ministério da Educação e Ciência (MEC), a Câmara Municipal, a Associação Empresarial do Baixo Ave (AEBA), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o Centro de Saúde, o Centro de Formação maiatrofa e as empresas e instituições que recebem os nossos alunos para a realização da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) para o Ensino Profissional e da Prática Simulada para o Ensino Vocacional e Plano de Transição para a Vida Ativa (PIT) para os alunos da Educação Especial. Essas empresas, instituições e/ou entidades são reconhecidas legalmente e a sua participação/intervenção/colaboração beneficiará a população escolar a nível pedagógico e científico e, sobretudo, será trampolim para a integração de muitos dos nossos jovens no mundo do trabalho.

5. A OFERTA FORMATIVA DO AGRUPAMENTO

No agrupamento de Escolas da Trofa lecionam-se o Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário. Paralelamente, o agrupamento disponibilizou a Escola Secundária para sede e entidade promotora da candidatura a um Centro para a Qualificação e Ensino Profissional, agora, em funcionamento.

		OFERTA DE ESCOLA/ OPÇÕES
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR		
Básico	1.º CICO	Educação para a Cidadania
	2.º CICLO	
	3.º CICLO	
	Cursos Vocacionais	

Secundário	REGULAR	<p>Curso de Ciências e Tecnologias</p> <p>Curso de Ciências Socioeconómicas</p> <p>Curso de Artes Visuais</p> <p>Curso de Línguas e Humanidades</p>	<p>Psicologia</p> <p>Inglês 8</p> <p>Biologia</p> <p>Geologia</p> <p>Química</p> <p>Física</p> <p>Aplicações Informáticas B</p> <p>Psicologia B</p> <p>Economia C</p> <p>Geografia C</p> <p>Oficina de Artes</p> <p>Oficina multimédia B</p>
	<p>Cursos Profissionais</p> <p>Cursos Vocacionais</p>		
Adultos	EFA (Educação e Formação de Adultos)		
	Português para Todos		

6. MECANISMOS DE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO NA ESCOLA

Toda a informação é triada no gabinete da Direção que decide o seu encaminhamento. Pode passar pelos Coordenadores das várias estruturas ou simplesmente ser notificada e afixada e posteriormente arquivada na sala de professores em arquivos próprios e disponíveis.

As informações de caráter pedagógico depois de analisadas em Conselho Pedagógico são transmitidas aos Docentes via Coordenador de Departamento.

Aos alunos são prestadas informações de ocasião através de circulares internas lidas nas turmas, e/ou afixadas no placard próprio nos polivalentes.

Aos funcionários são fornecidas as informações que lhes digam respeito, através da afixação na sala do Pessoal Não Docente, podendo estes solicitar todas as informações, que achem importantes, à Direção do Agrupamento.

Estas informações poderão ser encaminhadas via Coordenador Técnico e/ou Coordenador dos Assistentes Operacionais.

Aos Encarregados de Educação a informação é transmitida através de impressos próprios que lhes são entregues pelos seus educandos ou via correio.

Numa intenção de desmaterialização de registos e para maior eficácia e eficiência na transmissão da informação, será utilizada a plataforma eletrónica Office365 (SharePoint) para comunicar com docentes, não docentes, encarregados de educação e alunos e publicar os documentos relevantes para o funcionamento diário das escolas.

7. CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO

Sendo uma instituição de interesse público, o Agrupamento de Escolas da Trofa propõe-se a garantir uma educação de qualidade para todos.

Para atingir esta finalidade, apresentam-se algumas políticas educativas a seguir:

- a) Promover a aquisição de competências sociocognitivas que habilitem para escolhas ético-sociais e cívicas adequadas – educação para valores;
- b) Estimular uma cultura organizacional cooperante, participativa, tendente ao fomento de uma liderança dinâmica e participada, promotora de um bom clima organizacional;
- c) Promover a igualdade de oportunidades;
- d) Promover a integração dos alunos com NEE de forma a obter da escola as respostas adequadas às suas necessidades académicas e pessoais;
- e) Criar uma interface entre a Escola e a Vida Ativa, potenciando um espaço de diálogo entre a Escola e as atividades económicas da região, através dos estágios profissionalizantes;
- f) Avaliar a eficácia educativa das práticas pedagógicas;
- g) Fomentar a participação da comunidade educativa nas dinâmicas da Escola.

7.1. Identificação dos problemas

Refletindo sobre a nossa prática docente, os professores vão tentando identificar os principais problemas educativos existentes nas nossas escolas, com o objetivo de procurarmos descobrir as melhores soluções para a sua resolução.

Assim, destacamos quatro preocupações:

1. Insucesso;
2. Indisciplina;
3. Hábitos de vida menos saudável;
4. Precaridade de alguns materiais e instalações.

Estes quatro problemas centrais estão relacionados entre si, influenciam-se mutuamente, devendo ser abordados de forma transversal. Refletem-se nas vivências escolares e afetam de forma decisiva e comprometedora o sucesso escolar dos alunos e o das escolas.

1. INSUCESSO:

Propomos promover o sucesso educativo e a inclusão através da adoção de estratégias diversificadas e ajustadas às realidades dos problemas emergentes, do envolvimento de vários Serviços de Apoio da Escola e do Concelho e da organização de uma oferta formativa de acordo com as expectativas dos alunos e o contexto empresarial local, e, integrar as diversas temáticas de Promoção e Educação para a Saúde no currículo do aluno, utilizando uma abordagem transversal de uma forma geral alargada às diferentes disciplinas e, em particular, na disciplina de Educação para a Cidadania (1º, 2º e 3º Ciclos).

2. INDISCIPLINA:

O segundo problema identificado é aquele comumente designado por indisciplina. Os dados a que vamos tendo acesso indicam que o número de episódios de indisciplina está a aumentar, devendo ser considerada um problema grave, pois interfere diretamente no ambiente social da escola, nas relações interpessoais e nas aprendizagens dos alunos. Muitos dos comportamentos e das atitudes que os alunos evidenciam em sala de aula têm vindo a piorar, dificultando o processo de ensino e de aprendizagem. Estes problemas prendem-se com um agravamento das condições económicas e sociais das famílias, ao que acresce o facto de vivermos atualmente numa sociedade que dificulta a vida em família, nem sempre permitindo a disponibilidade física e mental para o desenvolvimento de uma educação assente em valores morais e modelos de comportamento. A crescente permissividade dos pais/encarregados de educação e a falta de controlo que muitos denotam relativamente aos seus educandos contribui para o agravamento desta situação.

Desta forma sobressai uma forte preocupação com a necessidade de um maior envolvimento dos pais na vida escolar, nomeadamente na resolução de muitos dos problemas de indisciplina que atualmente existem nas várias escolas que compõem o Agrupamento.

3. HÁBITOS DE VIDA MENOS SAUDÁVEIS:

Proporcionar o recurso a uma Promoção e Educação para a Saúde que responsabilize e consciencialize os membros da comunidade dos seus direitos e deveres, tornando-os aptos a intervir como cidadãos.

Neste âmbito, consideram-se temáticas prioritárias:

- Alimentação e atividade física;
- Consumo de substâncias psicoativas;
- Sexualidade;
- Infeções sexualmente transmissíveis, designadamente VIH – SIDA;
- Violência em meio escolar.

4. PRECARIDADE DE ALGUNS MATERIAIS E INSTALAÇÕES:

Em quarto lugar, destaca-se a falta ou precaridade dos materiais e instalações das diferentes escolas do Agrupamento. Este aspeto atinge um nível pouco aceitável na Escola Básica Professor Napoleão Sousa Marques, na Escola Básica de Paranho e Escola Básica de Esprela. Estes estabelecimentos de ensino encontram-se, desde há muito tempo, degradados, sofrendo os problemas inerentes a esta situação, nomeadamente falta de salas para atividades extracurriculares e ausência de uma sala de convívio para os alunos. Em dias de chuva estas escolas tornam-se muito desconfortáveis para os alunos, uma vez que os espaços cobertos se revelam exíguos.

7.2. Princípios orientadores

Com este Projeto queremos continuar a trabalhar no sentido da construção de uma escola aberta à comunidade e a uma crescente colaboração com os pais e encarregados de educação dos nossos alunos, criando oportunidades para uma maior participação na vida da escola. Pretendemos ir ao encontro dos problemas detetados e que dizem respeito às competências sociais e escolares dos alunos (o respeito por todos os elementos, a tolerância, o desenvolvimento do espírito de igualdade, a aquisição de saberes) e à participação da família na vida escolar dos seus educandos.

São princípios orientadores deste projeto:

- Promoção do sucesso escolar;
- Promoção da disciplina e segurança;
- Promoção da relação entre escola e família.

7.3. Prioridades e objetivos

Prioridades	Objetivos
<p>1. Superar as taxas de sucesso obtidas em anos letivos anteriores.</p>	<p>1.1. Obter uma redução na taxa de insucesso e elevar o nível e qualidade do sucesso educativo;</p> <p>1.2. Promover a utilização de metodologias e estratégias que recorram aos meios disponibilizados pelo Plano Tecnológico para a Educação;</p> <p>1.3. Elaborar um plano de formação contínua que envolva e optimize os recursos humanos disponíveis em toda a comunidade escolar e dirigido a pessoal docente e não docente;</p> <p>1.4. Promover momentos de reflexão, de debate e de partilha de ideias, de forma a envolver a Comunidade Educativa;</p> <p>1.5. Disponibilizar os recursos da Escola à comunidade;</p> <p>1.6. Avaliar a qualidade dos serviços escolares.</p>

<p>2. Promover a aquisição de saberes e competências essenciais com vista ao sucesso escolar.</p>	<p>2.1. Planificar nos diferentes Conselhos de Ano, de Turma, de Área Disciplinar e de Departamento o processo de ensino-aprendizagem definindo prioridades e estabelecendo estratégias, articulando-as com os diferentes momentos e instrumentos de avaliação;</p> <p>2.2. Valorizar a Língua Portuguesa como instrumento de aquisição de saberes;</p> <p>2.3. Preparar os alunos para os desafios da sociedade da informação e do conhecimento;</p> <p>2.4. Promover a igualdade de oportunidades no sentido de valorizar o saber, o saber fazer e o saber estar atuando com mais exigência de forma a atingir-se uma cada vez melhor qualidade de ensino;</p> <p>2.5. Melhorar a empregabilidade dos alunos dos cursos que conferem dupla certificação, através da diversificação e inovação das ofertas formativas.</p>
<p>3. Proceder à constituição de turmas com base nos critérios definidos pelo Regulamento Interno e Conselho Pedagógico e implementar medidas de Apoio Educativo, definindo estratégias de apoio aos alunos com dificuldades</p>	<p>3.1. Diagnosticar alunos com dificuldades de aprendizagem;</p> <p>3.2. Implementar medidas de apoio educativo individualizado e na modalidade de Sala de Estudo;</p> <p>3.3. Diagnosticar casos de alunos com necessidades educativas especiais, encaminhando-os para os serviços especializados de apoio;</p> <p>3.4. Promover a articulação com entidades locais;</p> <p>3.5. Dar continuidade aos procedimentos da Ação Social Escolar;</p> <p>3.6. Refletir sobre critérios gerais de formação de turmas tendo em conta os normativos legais, as instalações e as características específicas das escolas.</p>
<p>4. Promover o desenvolvimento de competências sociais.</p>	<p>4.1. Incentivar a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários;</p> <p>4.2. Desenvolver comportamentos de cooperação e entreajuda;</p> <p>4.3. Promover condutas ético-sociais respeitadoras de valores básicos da nossa comunidade e do nosso tempo;</p> <p>4.4. Desenvolver capacidades de aquisição de novos conhecimentos que proporcionem reflexão e espírito crítico e formem para a participação na tomada de decisões relativamente a problemas sociais;</p> <p>4.5. Preparar para o exercício da cidadania pela discussão, tomada de decisão e ação, no âmbito de valores humanistas.</p>
<p>5. Reforçar a relação escola-família e incentivar a participação da comunidade educativa nos projetos desenvolvidos.</p>	<p>5.1. Fomentar a participação da família no acompanhamento escolar dos alunos;</p> <p>5.2. Incentivar a colaboração dos Encarregados de Educação nas atividades escolares.</p>

<p>6. Desenvolver projetos ligados à preservação do meio ambiente, da Saúde, da Alimentação, do Desporto e da Segurança (educar para a cidadania).</p>	<p>6.1. Apelar a hábitos individuais de alimentação equilibrada, de higiene e de atividade física;</p> <p>6.2. Promover a formação de docentes na área de Educação Sexual para implementação da Educação Sexual em todos os ciclos de ensino;</p> <p>6.3. Manter operacional o Plano de Segurança em articulação com o Gabinete de Segurança;</p> <p>6.4. Incentivar comportamentos de preservação e de respeito pelo património e pelo meio ambiente.</p>
<p>7. Preservar/melhorar níveis de segurança/conforto nos diferentes espaços escolares e assegurar parcerias com a Câmara Municipal da Trofa e instituições/empresas locais</p>	<p>7.1. Responsabilizar as instituições;</p> <p>7.2. Assegurar espaços de aula aprazíveis e funcionais;</p> <p>7.3. Corresponsabilizar alunos, professores, funcionários e outros pela preservação e embelezamento dos espaços;</p> <p>7.4. Responsabilizar os infratores por danos intencionais ou utilização indevida;</p> <p>7.5. Reforçar as parcerias já realizadas, nomeadamente com o ME, com a Câmara Municipal, com a AEBA, com o Centro de Emprego e Formação Profissional, com o Centro de Saúde, Centro de Formação da Trofa, etc..</p>

8. OPERACIONALIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

O presente Projeto Educativo propõe para a resolução dos problemas identificados um Programa de Ação que pressupõe o envolvimento de todos os agentes que constituem a comunidade educativa.

Para combater o insucesso escolar, propõe-se:

1. Reforçar medidas de integração dos alunos, através de uma maior participação nas atividades das Escolas, criando estruturas que possibilitem a sua concretização;
2. Promover uma política de inclusão dos alunos oriundos de países estrangeiros, proporcionando medidas de apoio diversificadas definidas pelas Escolas, para além da adoção dos procedimentos preconizados pelo Ministério da Educação;
3. Organizar atividades educativas, visando a Ocupação Plena dos Alunos aquando da ausência do docente titular da Turma/disciplina;
4. Utilizar modalidades de ensino à distância (e-learning), na plataforma Office365 (sharepoint);
5. Incentivar hábitos de estudo através do acompanhamento dos alunos tanto na Sala de Estudo Real, em contexto de Escola, como na Sala de Estudo Virtual, disponibilizando material de apoio online nas diferentes disciplinas;
6. Treinar técnicas de estudo e de pesquisa para promover a literacia;
7. Elaborar planos de acompanhamento individual, de forma a suprir/minimizar dificuldades detetadas;
8. Divulgar os princípios subjacentes ao Centro para a Qualificação e Ensino Profissional através de Cursos Profissionais, Cursos Vocacionais e Cursos de Educação e Formação;

9. Criar uma «Escola de Pais» que permita uma maior responsabilização e envolvimento das famílias;
10. Contribuir para que as Bibliotecas Escolares se constituam como centros de organização pedagógica, com o objetivo de disponibilizar e difundir recursos, em todos os suportes, numa perspetiva de desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem;
11. Fomentar a articulação curricular entre ciclos para que seja efetiva e se processe ao longo do ano letivo.

Para combater a indisciplina e a insegurança, propõe-se:

1. Constituir Equipas de Mediação de Conflitos que integrem um elemento da Direção, Professores, Serviço de Psicologia e Orientação e Encarregados de Educação;
2. Agilizar a comunicação entre os elementos das Equipas Pedagógicas, Pessoal não Docente, Encarregados de Educação, Associação de Estudantes e a Direção;
3. Criar um Gabinete de Segurança que interaja com o Programa «Escola Segura» que ative um fluxo informativo sobre anomalias intraescolas e nos espaços limítrofes e estabeleça parcerias com as forças de segurança de modo a prevenir a comunidade educativa relativamente a atividades ilícitas que constituam ameaça próxima ou remota;
4. Designar um Professor Tutor responsável pelo acompanhamento de cada aluno com especiais dificuldades de integração na Comunidade Escolar, nomeadamente marginalidade, prostituição, alcoolismo, desagregação familiar e relações parentais conflituosas;
5. Uniformizar critérios de disciplina a seguir pela Comunidade Escolar;
6. Divulgar o Plano de Emergência e promover a simulação de um acidente;
7. Estabelecer um Contrato de Segurança com a Associação de Encarregados de Educação e a Associação de Estudantes, envolvendo-as na prevenção de comportamentos desviantes e disruptivos;
8. Otimizar os canais de comunicação entre todos os agentes, de forma a facilitar e a incentivar à participação nas dinâmicas da escola;
9. Alargar o debate com a Comunidade Educativa como forma de otimizar o sucesso dos nossos alunos;
10. Promover a figura do Provedor da Comunidade num quadro de referência da Comunidade Empresarial, definindo uma nova matriz social e agilizando o perfil de formação para os nossos jovens, conferindo-lhes maior competitividade e empregabilidade.

Para combater hábitos de vida pouco saudáveis, propõe-se:

1. Promover ações de sensibilização de Educação para a Promoção da Saúde, para o Ambiente, para a Educação Sexual, para uma cidadania plena e consciente, recorrendo se necessário à presença de especialistas das áreas;
2. Fomentar a realização de projetos autónomos e a participação em clubes onde possam desenvolver as temáticas da Educação para a Promoção da Saúde;
3. Alargar a implementação dos Projeto PRESSE (Programa Regional em Saúde Escolar) a todos os anos de escolaridade e ao Projeto PASSE (Programa de Alimentação Saudável e Saúde Escolar) no

- 1.º Ciclo e PASSE zinho no Pré-Escolar;
4. Concretizar as medidas preconizadas pelo Decreto-lei nº 60/2009, de 6 de agosto que estabelece o Regime de Aplicação da Educação Sexual em meio escolar;
5. Efetuar à população estudantil os rastreios mais comuns com o apoio das entidades de saúde competentes;
6. Promover na cantina e no bar hábitos de vida saudável, com campanhas de incentivo ao consumo de alimentos e bebidas saudáveis;
7. Proporcionar, através do Desporto Escolar, a prática da atividade física e desportiva para a formação integral dos jovens em idade escolar e para o desenvolvimento desportivo nacional.

Para ultrapassar a precaridade de alguns materiais e instalações, propõe-se:

1. Requalificar o espaço físico no âmbito do Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário, levado a cabo pela Parque Escolar (na Escola Secundária);
2. Solicitar junto das entidades competentes o asseio e preservação das instalações em todas as escolas;
3. Adquirir, à medida das capacidades e dentro do quadro que regulamenta a contratação pública, materiais didáticos para utilização no processo de ensino e de aprendizagem;
4. Manter o cadastro das escolas atualizado.

9. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O Projeto Educativo concretiza-se através dos seguintes documentos de planificação da ação educativa da escola:

Regulamento Interno (Anexo I)

O Regulamento Interno permite a aplicação da lei e de normas internas. Assegura direitos, enuncia obrigações e define funções dos intervenientes.

Projeto Curricular do Agrupamento (Anexo II)

O Projeto Curricular do Agrupamento contém os seguintes elementos:

- Rede Escolar;
- Critérios de constituição de turmas;
- Oferta Curricular;
- Planificação anual por disciplina ou área disciplinar;
- Critérios de avaliação;
- Critérios de progressão.

O Plano de Turma (no ensino básico)

A elaboração do Plano de Turma é da responsabilidade do conselho de turma nos 2.º e 3.º ciclos, da responsabilidade dos professores titulares de turma no 1.º ciclo e dos educadores de infância titulares de turma no pré-escolar e dele fazem parte os conteúdos seguintes:

- Caracterização da turma e dos alunos;
- Identificação de problemas e definição de prioridades;
- Definição de uma estratégia educativa global para a turma;
- Planificação das atividades letivas e não letivas;
- Momentos de avaliação do Plano de Turma.

Assim concebido, o Plano de Turma, torna-se potenciador de uma unidade de base das atuações dos professores dos mesmos alunos e de uma maior eficácia da sua ação educativa.

Plano Anual de Atividades (Anexo III)

O Plano Anual de Atividades é um instrumento de execução do Projeto Educativo do Agrupamento (PEA) e está vinculado a este. Através dele se estruturam objetivos e estratégias, definem-se meios, gerem-se recursos, procede-se à calendarização de atividades e avalia-se a consecução dos objetivos que se pretendem alcançar, indo de encontro às prioridades e objetivos estabelecidos.

Todas as estruturas pedagógicas devem elaborar o seu plano de atividades e estas deverão ser preparadas com rigor, definindo objetivos e indicando a calendarização, orçamento e proceder à sua avaliação.

Assim, o Plano Anual de Atividades assume-se como um programa em constante atualização e aberto a sugestões requerendo, por isso, atitudes de colaboração, cooperação e compromisso bem como o envolvimento efetivo de toda a Comunidade Educativa.

Plano de Formação (Anexo IV)

O Plano de Formação deve constituir um instrumento de operacionalização de um plano estratégico de ação definido, bem como um documento orientador e coordenador dos diversos projetos de ações de formação contínua da Escola.

A execução deste Plano de Formação deverá ter em conta e estar centrado na identificação de necessidades de formação, dos docente e não docentes, face aos novos desafios trazidos à prática pedagógica e educativa, uma vez que a formação promove a partilha de saberes/experiências, assegura a atualização, o aperfeiçoamento e o apoio à atividade do pessoal docente e não docente, proporcionando a aquisição de competências que integram o quotidiano das suas práticas, no sentido de melhorar o seu desempenho e a qualidade dos serviços prestados, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da educação em que todos estão envolvidos.

O Plano de Formação é elaborado de acordo com as necessidades identificadas e apresentado ao Centro de Formação maiatrofa para dar cumprimento ao disposto na lei, nomeadamente no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, no Despacho n.º 18038/2008, de 4 de Julho, no Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro, e no Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro.

Apresentaremos, em conformidade com a legislação em vigor, o Plano de Formação do Agrupamento para o triénio letivo de 2014/2017.

10. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Sendo o Projeto Educativo um documento em permanente construção, assume-se como fundamental o contributo dado pela avaliação, instrumento que garante a qualidade educativa através da regulação e renovação contínua das práticas. Assim, o Agrupamento deve proceder à avaliação da eficácia dos resultados atingidos, de acordo com as metas e objetivos previamente definidos. Torna-se necessária a criação de uma cultura de autoavaliação do PEA, que inclua uma avaliação interna, que se constitua como um desafio que conduza à melhoria da qualidade de funcionamento deste agrupamento e conseqüentemente à melhoria das aprendizagens dos alunos.

Para responder positivamente aos desafios da avaliação, devem ser desenvolvidos mecanismos de aferição de resultados, enquanto método autorregulador de procedimentos e sustentabilidade de progressos a obter.

Neste âmbito, deve ser estimulada a crítica, por parte de todos os elementos da comunidade educativa, como agente de melhoria do serviço público prestado pela Escola.

O processo avaliativo tem como objetivos identificar os problemas e obstáculos que dificultam o desenvolvimento do projeto, levar os intervenientes no processo a procurar mecanismos para aperfeiçoar a implementação do mesmo, bem como avaliar a eficácia do seu impacto na Comunidade Educativa.

A avaliação deve incluir as perspetivas de todos os agentes educativos, prever momentos de avaliação no sentido de identificar os pontos fortes e fracos e de proceder a adaptações e reajustamentos que permitam a elaboração de planos de intervenção.

As propostas de atualização ou reformulação apresentadas pelas estruturas educativas serão analisadas em Conselho Pedagógico e aprovadas em Conselho Geral, sendo incorporadas neste documento sob a forma de adendas.

Deverão ser constituídas equipas de acompanhamento e avaliação deste projeto, cujas competências são elaborar relatórios anuais, contendo indicadores quantitativos e qualitativos, tendo em conta a concretização dos objetivos previstos e a avaliação do processo bem como construir os instrumentos de avaliação adequados.

De acordo com a legislação vigente que define o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, é da competência do Conselho Geral aprovar, acompanhar e avaliar a execução do Projeto Educativo.

11. CONCLUSÃO

O Projeto Educativo para o próximo triénio, agora concluído, pautou-se por uma reflexão ponderada sobre questões e problemas identificados.

O trabalho desenvolvido não apresenta soluções, apenas abre alguns caminhos para a sua resolução.

Julgamos, pois, que as linhas orientadoras aqui apresentadas, assim como as pistas de atuação aqui referenciadas, poderão ser um instrumento para melhorar progressivamente os índices de indisciplina e, conseqüentemente, obter um maior sucesso da nossa população escolar.

Queremos um Agrupamento onde todos se sintam valorizados e sejam intervenientes ativos com o

propósito comum de melhorar sempre e cada vez mais. Queremos ainda e especialmente, que os alunos se sintam felizes, responsáveis e envolvidos em práticas pedagógicas inovadoras, de modo a que se sintam realizados e que adquiram as competências necessárias à prossecução dos seus estudos e à sua integração plena num futuro mercado de trabalho.

12. VALIDADE

Este documento entra em vigor a partir do ano letivo de 2014/2015.

Foi aprovado em reunião do Conselho Geral realizada em 15 de janeiro de 2015